

EDITORIAL

EDITORIAL

A presente edição da **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas, volume 41, número 2**, traz contribuições de autores de todo o país, que dialogam com alguns dos desafios mais importantes enfrentados pelo direito contemporâneo. Nos séculos anteriores, mudanças históricas significativas levavam, por vezes, décadas para acontecer. Neste século, grandes eventos se operam em questão das horas de um mesmo dia. E para o direito, uma área tão atravessada por complexas relações de poder, não é diferente.

Talvez, pela proximidade (institucional e normativa) com o Estado e com toda a dinâmica humana que o cerca (de maneira positiva ou não), nosso meio é um dos mais impactados por tais mudanças e um dos principais agentes das atuais e sucessivas crises democráticas. E também - não sejamos modestos - parte importante da solução delas. Situamo-nos, portanto, em uma posição singular: podemos ser o controlador marítimo que avisa sobre o iceberg que se aproxima, esperançoso de que o capitão seja capaz de mudar o curso prontamente, ou os violinistas do naufrágio, assistindo, inertes, à tragédia anunciada, já distantes do tempo hábil de manobra.

Para além destas debatíveis metáforas náuticas ora utilizadas e, para vossa sorte, em razão da imensa capacidade argumentativa dos autores dessa edição (superior, em muito, à desse Editorial, reúnem-se aqui pesquisas que abordam questões afeitas ao direito do trabalho, à teoria crítica do direito, à economia social e solidária, à proteção da infância e da juventude, ao processo penal, ao processo civil, ao

constitucionalismo diante da sociedade digital e à liberdade religiosa, evidenciando o compromisso da política editorial desta Revista em dar voz aos autores que navegam cotidianamente pelas revoltas águas do Direito.

O primeiro artigo da edição, **How are social and solidarity economy laws created in Latin America? A case study of Brazil**, de **Federico Li Bonilla e Daniel Francisco Nagao Menezes**, investiga o processo histórico de institucionalização da Economia Social e Solidária (ESS) na América Latina, com destaque para a experiência brasileira. A partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e da promulgação da Lei nº 15.068/2024, a Lei Paul Singer, os autores examinam como o Brasil vem consolidando uma estrutura normativa voltada ao fortalecimento de empreendimentos autogeridos, cooperativos e de comércio justo, contribuindo para o debate sobre alternativas ao modelo econômico tradicional.

Na sequência, o artigo **Constitucionalidade da Contribuição Assistencial Sindical: Tema 935 do STF e Aplicação Jurisprudencial**, de **Arthur Augusto Garcia e Fabiano Alves da Silva**, analisa a validade jurídica da contribuição assistencial sindical fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 935 e sua incorporação pela jurisprudência trabalhista no período pós-Reforma Trabalhista. Com base na análise de acórdãos dos Tribunais Regionais do Trabalho, os autores abordam como as cortes vêm uniformizando a aplicação da tese, especialmente quanto à garantia do direito de oposição, contribuindo para a compreensão do financiamento sindical no Brasil.

O terceiro artigo da edição, **A imprescritibilidade dos crimes sexuais contra crianças e adolescentes como meio de concretização da prioridade absoluta**, de **Carlos Henrique Miranda Jorge, Marcos Paulo de Carvalho Brilhante e Daniel Barile da Silveira**, revisita a evolução histórica e legislativa da proteção à infância e à juventude no Brasil, desde a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do

Adolescente às alterações mais recentes na legislação penal envolvendo o tema, e realiza a defesa de imprescritibilidade para os crimes sexuais praticados contra crianças e adolescentes como uma exigência que dialoga diretamente com a prioridade absoluta consagrada em nossa ordem constitucional.

Já o artigo **Achille Mbembe e a crítica ao direito moderno: necropolítica e figuras das vulnerabilidades**, de José Mauro Garboza Junior e Tadeu José Migoto Filho, propõe uma reconfiguração das categorias jurídico-políticas modernas a partir do pensamento de Achille Mbembe, relacionando-as à experiência colonial. Em diálogo crítico com a filosofia política e jurídica europeia, os autores sustentam que o direito moderno é elemento estrutural da necropolítica, contribuindo para uma reflexão sobre racialização e produção de zonas de não-direito, propondo uma superação dos limites eurocêntricos da teoria jurídica.

O quinto artigo, **Jurisprudencialização do direito e realismo jurídico no modelo de decisões vinculantes do CPC/2015**, de Diego José Baldissera, examina o sistema de precedentes formais instituído pelo Código de Processo Civil de 2015. O autor analisa como a atribuição de eficácia vinculante às teses fixadas pelos tribunais reaproxima o modelo processual brasileiro dos pressupostos do realismo jurídico, oferecendo contribuições relevantes ao debate sobre a diferença entre precedente, no sentido da *common law*, e decisão vinculante, tal como estruturada no direito brasileiro.

O artigo **Erosão democrática como reflexo do sequestro velado da autonomia na sociedade digital**, de Elaine Cristina Vieira Brandão e Ana Clara Vasques Gimenez, investiga, a partir de Habermas, o nexos entre direito e democracia diante dos obstáculos contemporâneos à autonomia do cidadão. Dialogando com a noção de capitalismo de vigilância, de Shoshana Zuboff, as autoras discutem como a

Inteligência Artificial e o perfilamento psicométrico passaram de instrumentos de desinformação a mecanismos de manipulação psicossocial, defendendo a necessidade de positivação de novos direitos fundamentais voltados à integridade cognitiva e à proteção contra a modulação comportamental.

Na sequência, o artigo **Infiltração de agentes no crime organizado: limites, responsabilidade penal e infiltração virtual**, de **Gustavo Henrique de Andrade Cordeiro e Benedito Pinheiro Testa**, examina o regime jurídico da infiltração de agentes como técnica especial de investigação contra a criminalidade organizada. A partir de pesquisa bibliográfica, jurisprudencial e comparada, os autores discutem os limites entre o agente infiltrado e o agente provocador, a integridade da prova digital e a natureza da escusa prevista na Lei nº 12.850/2013, contribuindo para o debate sobre o equilíbrio entre eficiência investigativa e garantias fundamentais.

Encerrando a seção de artigos, o trabalho **A Sexta-feira da Paixão como feriado obrigatório: liberdade religiosa e autonomia municipal**, de **Régis Luiz Jordão de Alcântara**, examina a constitucionalidade da imposição da Sexta-feira da Paixão, data exclusivamente cristã, como feriado municipal obrigatório pela Lei nº 9.093/95. A partir da análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e de dados censitários do IBGE, o autor sustenta que a obrigatoriedade, instituída no contexto de hegemonia da maioria católica, destoa do atual paradigma de pluralismo religioso brasileiro e compromete a alegação de laicidade estatal e de autonomia municipal, propondo a supressão de seu caráter compulsório.

Ao reunir trabalhos que transitam entre diferentes campos do pensamento jurídico, esta edição reafirma o compromisso da Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas com a difusão qualificada do conhecimento científico e com o fortalecimento de um debate jurídico crítico.

Desejamos a todos uma excelente leitura.

Estela Cristina Vieira de Siqueira

Editora-Executiva da Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas